



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
FACULDADE DE DIREITO
DEPARTAMENTO DE DIREITO PRIVADO

EDITAL N° 02/2021/Ddpi/Fadir/UFC

Ementa: Acrescenta o Anexo III, que trata dos conteúdos programáticos cobrados na seleção de monitoria.

O **Professor Doutor Sidney Guerra Reginaldo**, subchefe do Departamento de Direito Privado da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, no uso de suas atribuições legais, tornar público, para conhecimento dos interessados, que fica acrescentado, ao Edital n.º 01/2021/Ddpi/Fadir/UFC, o Anexo III, que trata dos conteúdos programáticos que serão exigidos para a seleção de monitoria, alusiva ao ano de 2021.

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, 15 de abril de 2.021.

Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo
Subchefe do Departamento de Direito Privado

Anexo III - Conteúdo Programático

1. Projeto METODOLOGIAS AUTOCOMPOSITIVAS NOS CONFLITOS TRABALHISTAS

Coordenador: Prof. Francisco Gérson Marques de Lima

Mediação, Negociação, Conciliação e Arbitragem trabalhistas. Participação dos sindicatos. Métodos autocompositivos no âmbito do MPT. Instâncias e organismos bipartites de autocomposição trabalhista. O tripartismo nos métodos autocompositivos. Negociações coletivas do trabalho. Vantagens e críticas à autocomposição trabalhista, no Brasil. Acordos extrajudiciais submetidos a homologação judicial (art. 855-B e segs., CLT). Política de autocomposição na Justiça do Trabalho e no MPT. Convenções 98 e 154 da OIT, sobre negociação coletiva e outros métodos autocompositivos.

2. Projeto MONITORIA EM DIREITO DA EMPRESA

Coordenador: Prof. João Luís Nogueira Matias

História do direito comercial. Do direito comercial ao direito da empresa.
Teoria dos atos de comércio.

- Teoria da empresa. Os perfis da empresa. A empresa no Código Civil de 2002. Empresário e comerciante.
- As obrigações do empresário. Nome empresarial. Vínculo com a Junta Comercial. Manutenção de livros.
- Do empresário individual. Características. Obrigações.
- Das sociedades empresariais. Características. Personalidade Jurídica. Desconsideração da pessoa jurídica. Composição do capital social. Obrigações e direitos dos sócios. Classificações.
- Sociedades de pessoas. Sociedade em Nome Coletivo. Sociedade em conta de participação. Sociedade em comandita simples.

- Sociedade Limitada. Histórico. Sociedade Limitada no Decreto 3.708/19 e no Código Civil de 2002.
- Sociedade Anônima. Histórico. Sociedade anônima na Lei 6.404/76.
- Pequena Empresa. Lei Complementar 123/2006.

Descrição do Conteúdo:

1. Noções de Empresa. Caracterização de Empresário. Empresário no Direito Nacional. Empresário e Comerciante. Evolução do Direito Comercial.
2. Institutos Complementares do Direito Empresarial. Da Registro. Do Nome Empresarial. Dos Prepostos. Da Escrituração.
3. Exercício individual da empresa. O empresário individual: características. Empresa individual de responsabilidade limitada: características.
4. Sociedades. Conceito. Classificações. Aspectos Genéricos. Direitos e Obrigações dos Sócios.
5. Sociedades Simples. Diferenciação da Sociedade Civil. Personalidade Jurídica. Aspectos Genéricos.
6. Sociedades de Pessoas. Sociedade em Nome Coletivo. Sociedade em Conta de Participação. Sociedade em Comandita Simples. Dissolução de Sociedades.
7. Sociedade Limitada. Aspectos Históricos. Características Genéricas. Responsabilidade dos Sócios. Responsabilidade dos Administradores. Sócio Remisso. Exclusão de Sócio. Mudanças nas Sociedades Limitadas. Aplicação Subsidiária das regras das Sociedades Simples e das Sociedades Anônimas.
8. Sociedades Anônimas. Formas de Subscrição do Capital. Características Genéricas. Espécies, formas e classes de ações. Capital Social. Órgãos Sociais e de administração. Direitos e obrigações dos acionistas. Qualidade de Administrador. Responsabilidade do Administrador. Mudanças nas Sociedades Anônimas. Valores Mobiliários. Consórcios de Sociedades. Grupos de Sociedades. Holding. Sociedade de Economia Mista. Ações. Prescrição e Decadência.
9. Sociedade em Comandita por Ações. Características Genéricas.
10. Regime jurídico da pequena empresa. Vantagens. Empresa de pequeno Porte: características gerais. Microempresa: características gerais. Microempresário Individual - MEI: características gerais.

3. Projeto DIREITO DO TRABALHO II

Coordenador: Prof. Emmanuel Teófilo Furtado

Direito Constitucional do Trabalho. Exames detalhado dos dispositivos constitucionais pertinentes. Direitos fundamentais nas relações de trabalho. Globalização e flexibilização. Trabalho informal. Hermenêutica no Direito do Trabalho. Tempo de serviço. Terminação do contrato de trabalho. Justa causa e falta grave. Despedida indireta. Culpa recíproca. Factum principis. Indenizações. Assistência na rescisão. Danos morais e materiais no trabalho. Estabilidade. Aviso prévio. FGTS: história, estudo pormenorizado da legislação pertinente. Direito Administrativo do Trabalho: estrutura do Ministério do Trabalho e Emprego. Papel das DRTs e atribuições de seus agentes. Procedimento fiscalizatório. Processos administrativos. Aplicação de multas e recursos. Inscrição na dívida ativa da União e sua cobrança. Introdução ao Direito Coletivo do Trabalho: noções básicas constitucionais. Direito Internacional do Trabalho.

Descrição do Conteúdo:

1. Direito Constitucional do Trabalho. Exames detalhado dos dispositivos constitucionais pertinentes. Direitos fundamentais nas relações de trabalho.
2. Globalização e flexibilização. Trabalho informal.
3. Hermenêutica no Direito do Trabalho. Interpretação das normas públicas e dos contratos (individuais e coletivos). Aplicação da lei no tempo e no espaço.
4. Tempo de serviço. Interrupção e suspensão do contrato de trabalho.
5. Formas de extinção do contrato individual de trabalho. Rescisão, resolução e resilição. Justa causa. Falta grave. Culpa recíproca. Despedida

indireta. Factum principis. Indenizações. Assistência na rescisão. Danos morais e materiais no trabalho.

6. Estabilidade. Fundamentos. Espécies
7. Aviso prévio.
8. Fundo de Garantia do Tempo de Serviço. Origem e evolução do FGTS. Exame detalhado da legislação vigente do FGTS. Regulamentação. Direitos dos trabalhadores urbanos, rurais, avulsos e domésticos.
9. Direito administrativo do Trabalho. Organização atual do Ministério do Trabalho e Emprego. Função das Delegacias regionais do Trabalho. Agentes fiscais. Regulamento da fiscalização trabalhista. Livro de Inspeção. Outros documentos exigíveis. Autuação das empresas. Inscrição na Dívida Ativa da União e sua cobrança.
10. Multas administrativas. Lavratura do auto de infração. Capitulação. Defesa do autuado. Julgamento. Imposição da multa. Recurso. Depósito recursal. Avocação do processo pelo Ministério do Trabalho. Inscrição na Dívida Ativa da União Federal. Execução Fiscal
11. Introdução ao Direito Coletivo do Trabalho: noções básicas constitucionais (organização sindical, direito sindicais, greve.
12. Organização Internacional do Trabalho (OIT). Origem e evolução. Estrutura administrativa. Direito Internacional do Trabalho. Fontes. Convenções. Recomendações. Resoluções. Aplicação das Convenções no Direito Trabalhista brasileiro. Tratados internacionais bilaterais e multilaterais.

4. Projeto DIREITO CIVIL DAS OBRIGAÇÕES E DAS COISAS NAS RELAÇÕES JURÍDICAS CONTEMPORÂNEAS

Coordenador: Prof. William Paiva Marques Júnior

OBRIGAÇÕES:

Introdução ao Direito das Obrigações; noções gerais sobre as obrigações; modalidades de obrigações, transmissão das obrigações; adimplemento e extinção das obrigações; inadimplemento das obrigações e suas consequências; constitucionalização do Direito Obrigacional.

Descrição do Conteúdo:

1. Introdução ao Direito das Obrigações 1.1. Evolução do Direito das Obrigações 1.2. Âmbito do Direito das Obrigações 1.3. Posição do Direito das Obrigações no Código Civil 1.4. Principais Distinções 1.5. Importância do Direito das Obrigações 1.6. Do Direito Romano à contemporaneidade: mudanças no campo do Direito Civil Obrigacional
2. Noções Gerais sobre as Obrigações 2.1. Conceito 2.2. Elementos constitutivos 2.3. Fontes das obrigações 2.4. Obrigações "propter rem"
3. Modalidades de Obrigações I - Quanto ao Objeto 3.1. Quanto ao objeto 3.1.1. Obrigação de dar 3.1.2. Obrigação de fazer 3.1.3. Obrigação de não fazer
4. Modalidades de Obrigações II - Quanto aos elementos 4.1. Alternativas 4.2. Facultativas 4.3. Cumulativas 4.4. Conjuntivas 4.5. Divisíveis e indivisíveis 4.6. Solidárias 4.6.1. Solidariedade Ativa 4.6.2. Solidariedade Passiva
5. Modalidades de Obrigações III - Quanto à exigibilidade 5.1. Civis 5.2. Naturais
6. Modalidades de Obrigações IV - Quanto ao conteúdo 6.1. De meio 6.2. De resultado
7. Transmissão das Obrigações 7.1. Introdução 7.2. Cessão de crédito 7.3. Assunção de dívida 7.4. Cessão de contrato
8. Adimplemento e extinção das Obrigações I - Pagamento 8.1. Noção Geral de Pagamento 8.2. Requisitos subjetivos: o solvens e o accipiens 8.3. Requisitos objetivos: objeto, prova, local, tempo e modo
9. Adimplemento e Extinção das Obrigações II - Modalidades Especiais de Pagamento 9.1. Pagamento em consignação 9.2. Pagamento com sub-rogação 9.3. Imputação do pagamento 9.4. Dação em pagamento

10. Adimplemento e Extinção das Obrigações III - Extinção das Obrigações sem Pagamento 10.1. Novação 10.2. Compensação 10.3. Confusão 10.4. Remissão
11. Inadimplemento das Obrigações 11.1. Introdução 11.2. Espécies 11.2.1. Por fato relativo ao objeto da prestação 11.2.2. Por fato relativo ao interesse do credor 11.2.3. Caso fortuito e força maior 11.3. Mora
12. Consequências do inadimplemento das obrigações I 12.1. Perdas e danos 12.2. Juros
13. Consequências do inadimplemento das obrigações II 13.1. Cláusula penal 13.2. Arras
14. Constitucionalização do Direito Civil Obrigacional 14.1. Eficácia horizontal dos direitos fundamentais no Direito Civil Obrigacional 14.2. Nova Hermenêutica do Supremo Tribunal Federal (STF) e Superior Tribunal de Justiça (STJ).

COISAS:

Direito das coisas. Posse. Propriedade e Direitos reais sobre a coisa alheia.

Descrição do Conteúdo:

1. Preliminares
2. Posse. Ideias gerais
3. Teorias da posse
4. Conceito e objeto da posse.
5. Espécies e qualificação da posse.
6. Aquisição e consentimento da posse.
7. Efeitos da posse.
8. Perda da posse.
9. Proteção e defesa da posse.
10. Interditos possessórios
11. Transformações da propriedade
12. A propriedade do Código Civil
13. Extensão do Direito de Propriedade
14. Aquisição da propriedade em geral
15. Aquisição pela transcrição
16. Aquisição pela acessão
17. Aquisição por usucapião.
18. Perda da propriedade imóvel
19. Aquisição e perda da propriedade móvel
20. Direitos de vizinhança
21. Árvores limítrofes
22. Da passagem forçada
23. Da passagem de cabos e tubulações
24. Das águas
25. Dos limites entre prédios e do direito da tapagem
26. Direito de construir
27. Do Condomínio Geral (do condomínio voluntário)
28. Condomínio edilício.
29. Da propriedade fiduciária
30. Da superfície
31. Das servidões
32. Do usufruto
33. Do uso
34. Da habitação
35. Do direito do Promitente comprador
36. Do Penhor, Da hipoteca da anticrese.
37. Direito autoral
38. Propriedade resolúvel
39. Tutela da Propriedade
40. Enfiteuse
41. Usufruto
42. Uso, habitação e renda.
43. Promessa de venda irretratável

44. Direitos reais de garantia
45. Penhor
46. Anticrese
47. Hipoteca

5. Projeto DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO

Coordenadora: Profa. Tarin Cristino Frota Mont'Alverne

Noções fundamentais. Contato espacial de ordens jurídicas. Conflitos de leis. Objeto. Fontes. Tratado. Código Bustamante. Definições. Elementos de conexão. Denominação. Autonomia. Qualificação. Aplicação direta e indireta do direito estrangeiro. Direitos: De Família, das Obrigações, Das Coisas, das Sucessões, comercial e Processual. Limites à aplicação do direito estrangeiro. Esboço histórico. Sistema brasileiro de aplicação do direito estrangeiro: Lei de introdução ao Código Civil e o atual Código Civil. Situação Jurídica do Estrangeiro. Estatuto do estrangeiro.

Descrição do Conteúdo:

1. Noções fundamentais. Contato espacial de duas ou mais ordens jurídicas. Conflitos de leis. Objeto da disciplina. Definições. Suas relações com os direitos intertemporal, comparado e internacional público. Seu confronto com o direito uniforme.
2. Denominação. Taxinomia. Autonomia. Método. Ensino e literatura.
3. As fontes do Direito Internacional Privado. Tratados. Código Bustamante.
4. Circunstâncias de conexão. Nacionalidade. Conflitos de nacionalidade. Domicílio. Autonomia da vontade. Religião. Raça e outras. Métodos de Escolha da Lei aplicável.
5. Qualificações
6. A aplicação do direito estrangeiro. Razões. Comitatus gentium. Utilidade Justiça. A regra locus regit actum. Retorno. Direitos adquiridos
7. Limites e aplicação do direito estrangeiro. Ordem pública. Fraude à lei. Instituição desconhecida. Favor necotii. Prelevement. Efeitos no Brasil da Sentenças de divórcio
8. Condições jurídicas do estrangeiro através dos tempos. O Novo DIPr e os Direitos Humanos.
9. Lei de introdução ao Código Civil (1942) e o novo Código Civil. Legislação sobre nacionalidade brasileira. Vistos, naturalização, deportação, expulsão e extradição de estrangeiros
10. Direitos de família
11. Direito das obrigações
12. Direito das coisas
13. Direito das sucessões
14. Direito Comercial.
15. Direito processual. Competência Internacional do Brasil. Conflito de jurisdição. Cartas rogatórias. Aplicação e Prova do Direito Estrangeiro

6. Projeto ENSINO JURÍDICO E AS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS: O USO DAS TECNOLOGIAS DIGITAIS COMO FERRAMENTAS FUNDAMENTAIS AO ENSINO DO DIREITO

Coordenadora: Profa. Lara Capelo Cavalcante

Este programa de Direito Civil envolve o estudo de noções gerais aplicáveis ao Direito como um todo, detendo-se mais sobre os elementos integrantes do direito subjetivo, objeto dos direitos e a relação jurídica, esta nos seus desdobramentos de existência, validade e eficácia.

Descrição do Conteúdo:

1. A ORDEM SOCIAL E A ORDEM JURÍDICA. 1.1. O fundamento e a finalidade do Direito. 1.2. A positividade do Direito. 1.3. A coercibilidade do Direito. 1.4. A estabilidade do Direito. 1.5. A crise do Direito e a modernização de seus institutos jurídicos. 1.6. Direito e Moral. 1.7. Direito Natural. 1.8. Os princípios Gerais de Direito. 01 04 2. O DIREITO PRIVADO E O

DIREITO PUBLICO. 2.1. Seus ramos principais. 2.2. O Direito Civil e o Direito das Empresas. 2.3. A regulação unitária das obrigações civis e comerciais. 2.4. O Código Civil em sua visão topográfica. 02 02 3. O DIREITO OBJETIVO. 3.1. Sua definição. 3.2. Pressupostos e caracteres. 3.3. Os Princípios de Ordem Pública. 3.4. As fontes do Direito. 3.5. A interpretação da ordem jurídica. 02 02 4. O DIREITO POSITIVO. 4.1. Sua aplicação. 4.2. A lei no tempo: vigência e revogação. 4.3. A Irretroatividade das leis: o direito adquirido e a expectativa de direito. 4.4. A antiga sistemática legal e a atual: possibilidade integrada de aplicação e incidência retardadas. 4.5. Os conflitos intertemporais. 03 02 5. O DIREITO SUBJETIVO. 5.1. Os elementos integrantes da relação jurídica. 5.2. A caracterização jurídica do direito subjetivo em face das teorias que o justificam. 5.3. Seus negativistas. 5.4. Suas classificações. 03 02 6. EXERCÍCIO E GOZO DOS DIREITOS. 6.1. As regras concernentes ao exercício dos direitos. 6.2. Direito e faculdade jurídica. 6.3. Direito e pretensão. 6.4. Direito Potestativo. 6.5. Direito e Interesse. 6.6. Direito e habilitação jurídica. 6.7. O Abuso do Direito e figuras afins. 6.8. O campo de aplicação da teoria. 6.9. Sanções admitidas. 7. PESSOA. 7.1. Origem e sentido da palavra. 7.2. Categorias. 7.3. A pessoa natural: o começo e o fim de sua existência. 7.4. A ausência. 7.5. O nascituro no Direito Civil. 7.6. As possibilidades de concepção programada: sua licitude e tolerabilidade jurídicas. 7.7. A Comoriência. 7.8. O estado das pessoas. 7.9. O registro civil. 05 02 8. OS DIREITOS DA PERSONALIDADE. 8.1. Sua origem. 8.2. Definição. 8.3. Objeto. 8.4. Classificação. 8.5. A proteção às integridades física, moral e intelectual da pessoa natural. 8.6. A situação da Pessoa Jurídica. 8.7. A questão dos transplantes e da doação de órgãos. 8.8. As evoluções da Medicina e o Direito. 8.9. O Dano Moral. 8.10. O Dano Estético. 05 02 9. NOME CIVIL. 9.1. Definição e natureza jurídica. 9.2. Os elementos constitutivos do nome. 9.3. A regência legal do assunto. 9.4. O princípio da imutabilidade do nome e suas exceções. 9.5. A alteração, a retificação e a substituição do nome. 9.6. A proteção legal das vítimas e testemunhas de crimes. 9.7. O pseudônimo. 06 02 10. INCAPACIDADE CIVIL. 10.1. Causas justificativas. 10.2. Seu alcance e graus reconhecidos. 10.3. A incapacidade absoluta e a relativa. 10.4. A interdição. 10.5. A maioridade. 10.6. A emancipação. 10.7. O suprimento da incapacidade e a proteção ao interesse dos incapazes. 06 02 11. PESSOAS JURÍDICAS. 11.1. Noção geral. 11.2. Classificações. 11.3. Começo de sua existência. Registro. 11.4. A eventual autorização estatal para funcionamento. 11.5. As hipóteses de desconsideração da personalidade social e o surgimento irregular da 07 04 entidade. Responsabilidade. 11.6. Extinção. 11.7. Liquidação do acervo. 11.8. O destino dos bens. 11.9. Grupos não personalizados. 12. ASSOCIAÇÕES. 12.1. Definição. 12.2. Requisitos de constituição. 12.3. Finalidades. 12.4. O Estatuto. 12.5. Seu funcionamento. 12.6. Responsabilidade. 12.7. Os interesses, deveres, direitos e possível exclusão do associado. 12.8. Os órgãos deliberativos: 12.9. A Assembléia Geral. 12.10. Extinção da entidade. 12.11. Destino dos bens. 08 04 13. FUNDAÇÕES. 13.1. O que são. Constituição e personalização. 13.2. Os fins a que se destina. 13.3. O patrimônio. 13.4. Insuficiência de bens. 13.5. Os Estatutos. 13.6. Fiscalização. 13.7. Extinção. 13.8. Destino dos bens. 13.9. A fundação de Direito Público. 09 04 14. DOMICÍLIO. 14.1. Noção. 14.2. Importância. 14.3. Elementos caracterizadores. 14.4. Espécies de domicílio da pessoa natural. 14.5. Unidade, pluralidade e ausência domiciliares. 14.6. Possibilidade de mudança do domicílio. 14.7. Classificações. O domicílio das pessoas jurídicas. 10 02 15. OBJETO DOS DIREITOS. 15.1. Bens e coisas. 15.2. As prestações. 15.3. O patrimônio em seus valores integrantes. Os bens inapropriáveis 10 02 16. BENS. 16.1. Classificações. 16.2. Os bens considerados em si mesmos. 16.3. Os bens reciprocamente considerados. 16.4. Os bens vistos em relação aos titulares. 11 02 17. NEGÓCIOS JURÍDICOS. 17.1. Definição. 17.2. Noção de ato jurídico. 17.3. A autonomia

da vontade. 17.4. A direção da vontade negocial. 17.5. Elementos de validade do negócio jurídico. 17.6. A declaração, a interpretação e os meios de manifestação da vontade. A forma livre e a forma legal: sua unicidade, duplicidade e pluralidade. As solenidades na prática jurídica. 11 02 18. REPRESENTAÇÃO. 18.1. A instituição legal ou voluntária dos representantes. 18.2. Os poderes do representante. 18.3. Representação direta e representação indireta. 18.4. O substabelecimento de poderes contratados. 18.5. A Procuração. 18.6. Representação a figuras afins. 18.7. Mandato e representação. 12 02 19. MODALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO. 19.1. Os elementos essenciais e os elementos acidentais do negócio jurídico. 19.2. Espécies de cláusulas acessórias. 19.3. A condição: classificações, características e efeitos. 19.4. O direito condicional. 19.5. O termo: espécies; efeitos. 19.6. O direito adquirido. 19.7. O prazo e suas regras de cômputo. 19.8. O encargo: conceito; admissibilidade legal; efeitos; descumprimento e revogação. 12 02 20. DEFEITOS DO NEGÓCIO JURÍDICO. 20.1. A vontade defeituosa. 20.2. Espécies de defeitos. 20.3. O Erro: definição; categorias; o erro de fato e o de direito. 20.4. O Dolo: conceito; espécies. 20.5. A Coação. 20.6. O temor reverencial e o exercício do próprio direito. 20.7. O Estado de Perigo. 20.8. A Lesão. 20.9. A Fraude contra Credores. 20.10. A Fraude à Execução. 13 02 21. DAS INVALIDADES DO NEGÓCIO JURÍDICO. 21.1. A teoria dos negócios jurídicos imperfeitos. 21.2. Ineficácia, invalidade e inexistência dos negócios jurídicos. 21.3. Graus de invalidade: causas, conseqüências e características. 13 02 21.4. As ações judiciais combativas das invalidades. 21.5. A nulidade: a fraude à lei. 21.6. A simulação: espécies. 21.7. A anulabilidade: hipóteses admitidas. 21.8. A questão da prescrição e da decadência projetadas na matéria. 22. DOS ATOS JURÍDICOS LÍCITOS. 22.1. Noção. 22.2. Efeitos. 22.3. Conseqüências. 22.4. A aquisição, o nascimento, a transferência, a perda e a extinção dos direitos. 22.5. O fato, o ato e o negócio jurídico. 22.6. A renúncia de direitos: limites e efeitos. 14 02 23. DOS ATOS ILÍCITOS. 23.1. Conceito. 23.2. Elementos. 23.3. Requisitos. 23.4. Conseqüências. 23.5. O ato ilícito e o abuso de direito. 23.6. Responsabilidade Civil: seus fins e critérios de apuração; a culpa, o dolo e o dano; responsabilidade sem culpa; responsabilidade objetiva; ato ilícito e ato antijurídico. 23.7. Escusativas da responsabilidade. 23.8. Concorrência de culpas. 23.9. A responsabilidade civil do Estado. 14 02 24. DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA. 24.1. O tempo e as relações jurídicas 24.2. Prescrição aquisitiva. 24.3. Prescrição extintiva: conceito; fundamento e natureza jurídica. 24.4. Os prazos prescricionais. 24.5. Suspensão, impedimento e interrupção da prescrição. 24.6. A situação das Fazendas Públicas. 24.7. A Decadência. A preclusão. 15 04 25. DA PROVA DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS. 25.1. Direito, ação e prova. 25.2. As diretrizes que regem o dever de provar. 25.3. As espécies de provas admitidas em Direito. 25.4. Os documentos e os Instrumentos. 25.5. As provas técnicas. 25.6. As Provas ainda não consideradas pelo Direito. 25.7. A prova e a forma vinculadas entre si.

7. Projeto DIREITO CIVIL III (CONTRATOS I) E DIREITO CIVIL IV (CONTRATOS II)
Coordenador: Prof. Sidney Guerra Reginaldo

Contratos I

Teoria Geral dos Contratos: 1. Conceitos. 2. Princípios. 3. Formação. 4. Interpretação. 5. Taxionomia. 6. Efeitos. 7. Extinção.

Descrição do Conteúdo:

INTRÓITO

Visando avigorar a fixação e aplicação dos institutos da disciplina, a respectiva ministração concomitará a exposição teórica e normativa dos itens programáticos, estimulando-se, nesta (exposição), o desenvolvimento do pensamento

reflexivo da doutrina e ciência jurídica a partir do contexto do direito positivo, notadamente do sistema legal básico do Código Civil de 2002 (Lei nº 1.406, de 10 de janeiro de 2002), e microssistemas correlacionados (e.g. Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990), e suas inter-relações com o sistema constitucional vigente.

I. CONCEITO, FUNDAMENTO, ELEMENTOS E REQUISITOS ESSENCIAIS.

1. Conceito e fundamento de contrato.
2. Elementos do contrato.
3. Requisitos de validade do contrato.
4. Função da Teoria das Obrigações Contratuais.

II. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS.

1. Princípio Jurídico: conceito e ontologia.
2. Regras preliminares (CC/2002, arts. 421-426).
3. Princípios contratuais fundamentais: (a) Autonomia de vontade; (b) Boa-fé; (c) Consensualismo; (d) Função Social; (e) Força Obrigatória (obrigatoriedade da convenção).

III. FORMAÇÃO CONTRATUAL

1. Do fato jurídico como fonte obrigacional.
2. Fontes dos contratos.
3. Elementos formativos: (a) Negociação Preliminar; (b) Oferta (Policitação); (c) Aceitação: (c.1) Presença; (c.2) Ausência; (c.3) Retratação.

IV. CONCLUSÃO CONTRATUAL

1. Entre presentes;
2. Entre ausentes: (a) Teoria da informação ou cognição; (b) Teoria da declaração ou agnição; (b.1) Subteoria da declaração propriamente dita; (b.2) Subteoria da expedição; (b.3) Subteoria da recepção.

V. LUGAR DA CELEBRAÇÃO

VI. INTERPRETAÇÃO CONTRATUAL

VII. TAXONOMIA CONTRATUAL

1. Considerados em si mesmos quanto à (ao): 1.1. Contratante: (a) pessoais e impessoais; 1.2. Designação: nominados e inominados; 1.3. Forma: Consensuais, Solenes, e Reais; 1.4. Natureza obrigacional: (a) Unilaterais e Bilaterais; (b) Onerosos e Gratuitos (com ou sem Encargo ou Modo); (c) Comutativos; (d) Aleatórios (CC/2002, arts. 458-461); (d) Paritários e Adesivos; (e) Relacional Consumista. 1.5. Objeto: (a) patrimoniais, (b) pessoais, (c) sociais; 1.6. Tempo de execução: (a) imediata; (b) continuada; 2. Reciprocamente considerados: (a) principais; (b) acessórios.

VIII. EFEITOS CONTRATUAIS

1. Introdução.
2. Efeitos gerais do contrato quanto à sua força obrigatória. 2.1. Da Cláusula Rebus Sic Stantibus e Teoria da Imprevisão.
3. Efeitos gerais do contrato quanto aos contratantes.
4. Efeitos gerais do contrato quanto ao objeto.
5. Efeitos gerais do contrato quanto aos Sucessores Hereditários e Entre Vivos (Universal e Singular).
6. Efeitos gerais do contrato quanto a terceiros: (6.1) Estipulação em favor de terceiros (CC/2002, arts. 436-438); (6.2) Promessa de fato de terceiro (CC/2002, arts. 439-440); (6.3) Contrato preliminar (CC/2002, arts. 462-466); (6.4) Contrato com pessoa a declarar (CC/2002, arts. 467-471).
7. Efeitos relativos particulares do contrato (bilateral): (7.1) Arras (CC/2002, arts. 417-420); (7.2) Dos Vícios Redibitórios (CC/2002, arts. 441-446); (7.3.) Da Evicção (CC/2002, arts. 447-457); (7.4) Direito de Retenção (CC/2002, arts. 644, 681, 1.219, 1.433, 1.652); e (7.5) Da Exceção de Contrato não Cumprido (CC/2002, arts. 476-477).

IX. EXTINÇÃO CONTRATUAL

1. Extinção comum.

2. Extinções especiais: 2.1. Causa anterior ou contemporânea à formação: (a) Nulidade; (b) Condição Resolutiva; (c) Arrependimento (Arras penitenciais); 2.2. Causa posterior à formação: (a) Resolução por inexecução voluntária e involuntária. (b) Resilição: (b.1) Unilateral; (b.2) Bilateral (ou Distrato, CC/2002, arts. 472-473); (c) Da Cláusula Resolutiva (CC/2002, arts. 474-475); (d) Da Exceção de Contrato não cumprido (CC/2002, arts. 476-477); (e) Da Resolução por onerosidade excessiva (Teoria da Imprevisão) (CC/2002, arts. 478-480). (f) Morte.

Contratos II

Contratos em espécie.

Descrição do Conteúdo:

1. Compra e venda. Conceito. Histórico. Elementos essenciais.
2. Compra e venda. Direito e obrigações do vendedor e do comprador. Riscos.
3. Compra e venda: cláusulas especiais.
4. Troca. Noção e evolução. Regras aplicáveis.
5. Contrato Estimatório
6. Doação. Conceito, histórico, características, elementos
7. Doação. Classificação. Direitos e obrigações das partes. Regras especiais.
8. Doação. Revogação, reversão, redução e nulidade.
9. Locação. Definição, caracteres e divisão. Direitos e obrigações das partes.
10. Locação de coisas
11. Prestação de serviços. Disciplina jurídica
12. Empreitada. Direitos e obrigações do empreiteiro e do dono da obra. Responsabilidade das partes. Riscos.
13. Empréstimo: comodato e mútuo. Distinções; obrigações e direitos das partes.
14. Depósito. Classificação. Obrigações e direitos das partes
15. Mandato. Características. Espécie. Obrigações e direitos do mandante e mandatário. Extinção do mandato. Mandato judicial.
16. Gestão de negócios.
17. Edição. Representação dramática.
18. Seguro. Características e peculiaridades. Obrigações e direitos do segurado e do segurador.
19. Constituição de renda
20. Jogo e aposta.
21. Fiança.

Faculdade de Direito da Universidade Federal do Ceará, 15 de abril de 2.021.

Prof. Dr. Sidney Guerra Reginaldo
Subchefe do Departamento de Direito Privado